

# ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA EMPREENHIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Sandro Pereira Silva<sup>1</sup>  
Leandro Marcondes Carneiro<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Os dados auferidos junto aos empreendimentos coletivos para a consolidação do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies), ocorridas entre 2009 e 2013, sob o comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), pasta ligada ao, hoje, Ministério do Trabalho e Previdência Social, proporcionaram um manancial de grande valia para pesquisadores, analistas e gestores públicos interessados no tema. A pesquisa completa é conhecida como o segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária no Brasil, já que o primeiro havia sido realizado entre 2005 e 2007. Esses dados abrangem diferentes dimensões estruturais e a organização social, econômica e política dos empreendimentos de economia solidária (EES), bem como permitem uma caracterização geral de seus associados e suas motivações para o trabalho associado.

Conforme já apontado por Silva e Carneiro (2014), o mapeamento conseguiu entrevistar representantes de 19.708 EES, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, de todos os estados, situados em áreas rurais e urbanas. Neles, os associados organizam-se sob distintas estratégias de atividade econômica (produção, comercialização, consumo, trocas e finanças) e inserem-se nos mais diversos setores econômicos, às vezes com a formação de redes e cadeias produtivas, o que lhes confere uma considerável heterogeneidade estrutural. O formato organizacional desses EES também é variado, podendo se apresentar como cooperativas, associações, sociedades mercantis simples, ou mesmo como grupos informais, desde que mantenham, para fins de sua caracterização enquanto empreendimento de economia solidária de fato, a autogestão nas decisões administrativas e a posse compartilhada dos instrumentos de produção.

Este texto tem como objetivo analisar os dados de uma parcela específica de EES mapeados, no caso, aqueles identificados como empreendimentos sendo de “finanças solidárias”.

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Disoc do Ipea.

Isto é, aqueles cuja resposta ao questionário do mapeamento foi a de que a principal atividade econômica realizada é de “poupança, crédito ou finanças solidárias”.

Os tipos mais comuns de empreendimentos caracterizados nessa categoria são: banco comunitário, cooperativa de crédito e fundo rotativo. Cada um deles possui distintas origens de formação e estrutura operacional. Os fundos rotativos podem ser considerados como embriões das experiências de finanças solidárias no Brasil, muito em função do apoio de setores da igreja católica, como as pastorais e a Cáritas, no fomento de “projetos alternativos comunitários” (PACs), sobretudo nos anos 1980. As cooperativas de crédito solidário surgem a partir das experiências dos fundos e possuem como marco a criação da Cresol em meados dos anos 1990 na região Sul, que é uma central de cooperativas de crédito solidário fundadas por agricultores familiares. Atualmente, o ramo do cooperativismo de crédito está bastante consolidado no campo da economia solidária, com outras centrais criadas desde então, recebendo inclusive o reconhecimento do Banco Central do Brasil. No caso dos bancos comunitários, estes surgem em geral de mobilizações populares em núcleos urbanos periféricos, com amplas necessidades estruturais e poucos serviços financeiros adequados a sua disposição. O primeiro banco comunitário criado e também até hoje considerado um caso de sucesso foi o Banco Palmas, em Fortaleza/CE. Atualmente, os bancos comunitários organizam-se em uma rede nacional, que congrega cerca de 120 organizações de todas as regiões do Brasil (à exceção do Sul).

Tais experiências são, de maneira geral, criadas no intuito de proporcionar linhas e canais de crédito produtivo mais simplificado, que levem em conta as características próprias desse tipo de organização socioeconômica e possibilite alternativas viáveis ao sistema de crédito oficial e de mercado. Com isso, esses EES visam dar um importante suporte financeiro para atividades produtivas diversas no campo da economia popular, para que novas experiências possam dispor de recursos iniciais para seu funcionamento, ou mesmo para que empreendimentos já em funcionamento possam dispor de crédito facilitado para realizar investimentos necessários para a continuação ou aprimoramento de seus negócios.

## 2 ANÁLISE DAS QUESTÕES REFERENTES AO MAPEAMENTO DO SIES

Como dito anteriormente, os quase vinte mil EES mapeados pelo Sies representam experiências coletivas de atividade econômica das mais diversas naturezas. Entre as atividades econômicas realizadas, a maior parte deles (56,2%) respondeu ter como principal a produção de bens e serviços. Das seis categorias levantadas pelo mapeamento, a de finanças solidárias corresponde à menor quantidade de EES, 328 ao todo, ou 1,7% do total pesquisado.

As análises a seguir tratam somente desses 328 empreendimentos de finanças solidárias mapeados – doravante denominadas pela sigla EFS.

Em termos de localização regional, a maioria deles está situada na região Nordeste, totalizando 177 EFS (53,9%). Desses, destaca-se o estado da Paraíba, com 121, o que corresponde a dois terços de todos os EFS mapeados da região. A região Sul também apresentou uma porção considerável dos empreendimentos mapeados nessa atividade, totalizando 98 (29,9%). Um detalhe é que os três estados da região Sul – Santa Catarina,

Rio Grande do Sul e Paraná – tiveram quantidades próximas de EFS mapeados: 35, 34 e 29, respectivamente. As demais regiões, em conjunto, representaram menos de 20% do total registrado no Sies: Sudeste com 25 (7,6%), Norte com vinte (6,1%) e Centro-Oeste com oito (2,4%). Não ocorreu registro de mapeamento de EFS nos estados: Acre, Amapá, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins.

Quanto à área de atuação do empreendimento, percebe-se que os EFS possuem uma inserção mais significativa no meio rural. De acordo com as respostas dos seus representantes, 205 (62,5%) deles possuem atuação somente no meio rural, 59 (17,9%) afirmaram possuir atuação em áreas rurais e urbanas e 64 (19,5%) disseram que são empreendimentos com atuação restrita a áreas urbanas. Esses números caracterizam mais uma vez a força da categoria social dos agricultores familiares no universo da economia solidária no Brasil, uma vez que, ao se considerar todo o conjunto dos empreendimentos mapeados no Sies – no caso, os 19.708 –, o meio rural também abriga a grande maioria, como demonstrado em Silva e Carneiro (2014).

Por sua vez, em termos de formato organizacional, a modalidade “cooperativa” foi a de maior abrangência, com 128 registros entre os EFS mapeados, o que representou 39,0% do total. O número de associações também foi bem próximo, com 120 (36,6%). Uma boa parte ainda encontra-se em funcionamento como grupo informal, totalizando 78 (23,3%) de EFS. Apenas dois deles declararam-se como sociedade mercantil. Ao fazer um cruzamento entre os formatos organizacionais dos EFS por região, nota-se que as cooperativas estão fortemente localizadas na região Sul, com 68,0% desses empreendimentos de finanças solidárias mapeados pelo Sies no Brasil. Esse resultado é explicado pela força do cooperativismo de crédito com interação solidária entre os estados da região, inclusive constituindo centrais importantes como a Cresol. Já as associações estão mais presentes na região Nordeste, que abriga 71,7% do total. A região Nordeste também abriga a maior parte dos EFS informais, com 79,5%. A tabela 1 a seguir apresenta esses números sobre as formas organizacionais dos EFS e sua distribuição por região. Outro detalhe digno de nota é que, enquanto as associações e grupos informais são predominantemente localizados no meio rural, as cooperativas estão mais equitativamente divididas entre áreas de atuação rurais e urbanas.

TABELA 1

**EFS por formato organizacional**

Forma de organização	Regiões					Total
	NE	SU	SE	NO	CO	
Cooperativa	28 (21,9%)	87 (68,0%)	9 (7,0%)	2 (1,6%)	2 (1,6%)	<b>128 (100%)</b>
Associação	86 (71,7%)	9 (7,5%)	5 (4,2%)	17 (14,2%)	3 (2,5%)	<b>120 (100%)</b>
Grupo informal	62 (79,5%)	2 (2,6%)	11 (14,1%)	1 (1,3%)	2 (2,5%)	<b>78 (100%)</b>
Sociedade mercantil	1 (50,0%)	0	0	0	1 (50,0%)	<b>2 (100%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Além da personalidade jurídica que caracteriza os empreendimentos de finanças solidárias (cooperativa, associação ou sociedade mercantil), ou mesma a ausência de personalidade

(grupo informal), esses empreendimentos organizam-se de diferentes tipos operacionais. Os mais comuns, como já indicado antes, são: banco comunitário, cooperativa de crédito e fundo rotativo.

No caso do conjunto dos EFS mapeados, o tipo mais encontrado foi o de fundos rotativos, com 150 casos, o que representa 45,7% do total. As cooperativas de crédito tiveram 128 registros, ou 39,0%. Já os bancos comunitários responderam com 29 EES (8,8%). Outros 21 (6,4%) afirmaram representar tipos distintos de empreendimentos de finanças. Ao cruzar essas informações por região, nota-se que os fundos rotativos estão em grande maioria registrados na região Nordeste, com 90% de todos eles. Esse resultado explica a maior proporção de associações e grupos informais nessa região, como visto anteriormente, já que essas são principais formas de organização desse tipo de empreendimento de finanças. A estratégia de fundos rotativos é tradicional nos estados do Nordeste, sobretudo em municípios pequenos do semiárido, e surgem em grande parte de iniciativas de fundos diocesanos administrados por pastorais de igrejas, no intuito de fomentar pequenos projetos produtivos para a geração de renda ou produção local de alimentos para a reprodução familiar de famílias em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, as cooperativas de crédito estão mais presentes na região Sul, o que ilustra a informação já mostrada na tabela anterior da predominância da forma de organização cooperativa entre os EFS dessa região. Esse resultado é explicado em grande parte devido ao fomento praticado pelos sindicatos de trabalhadores rurais no interior de seus estados para a criação de cooperativas de crédito da agricultura familiar, com o suporte de sistemas cooperativistas que atuam nos seus três estados. Os bancos comunitários constituem um tipo que vem apresentando uma relativa ascensão no universo da economia solidária no Brasil, tendo como exemplo os casos do Banco Palmas no Ceará e do Banco do Bem, no Espírito Santo. A tabela a seguir apresenta esses números sobre os tipos de EES de finanças e sua distribuição por região.

TABELA 2

**EFS por tipo operacional**

Tipo de EFS	Regiões					Total
	NE	SU	SE	NO	CO	
Fundo rotativo	135 (90,0%)	7 (4,7%)	7 (4,7%)	0	1 (0,7%)	<b>150 (100%)</b>
Cooperativa de crédito	28 (21,9%)	87 (68,0%)	9 (7,0%)	2 (1,6%)	2 (1,6%)	<b>128 (100%)</b>
Banco comunitário	9 (31,0%)	4 (13,8%)	9 (31,0%)	2 (6,9%)	5 (17,2%)	<b>29 (100%)</b>
Outros	5 (23,8%)	0	0	0	16 (76,2%)	<b>21 (100%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

A origem e a gestão dos recursos a serem operacionalizados em programas de microfinanças por esses empreendimentos são informações relevantes para se compreender melhor sua atuação. Os dados apontam que os EFS fazem uso de diferentes mecanismos para levantar recursos para suas operações. A tabela 3 mostra que mais da metade deles iniciou suas atividades com recursos dos próprios associados. Isso é observado em maior grau com as cooperativas de crédito, que são obrigadas a subscreverem um capital inicial a partir de quotas-partes de seus cooperados, por isso o alto índice nesse quesito (87,50%). As cooperativas de crédito também contam bastante com repasses reembolsáveis

de órgãos governamentais, fundamentalmente programas de crédito de agentes financeiros públicos, e também de recursos próprios dos empreendimentos, via reinvestimento de sobras, ambos respondendo por 53,90% do total. Entre os bancos comunitários, os itens mais apontados foram, respectivamente, via repasses não reembolsáveis de órgãos governamentais (34,50%) e doação ou repasse não reembolsável de organizações não governamentais – ONGs (31,0%). Já no caso dos fundos rotativos, a doação de ONGs foi a principal forma de acesso a recursos iniciais, com 50,70%. O acesso a bancos privados mostrou-se uma forma não muito usual para o levantamento de recursos iniciais aos EFS pesquisados, dadas as exigências para se concretizar o contrato e as taxas de juros mais elevadas que eles cobram.

TABELA 3

**Origem dos recursos operados pelo EES**

Origem	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
1. Associados	7 (24,1%)	112 (87,5%)	48 (32,0%)	3 (14,3%)	<b>170 (51,8%)</b>
2. Órgãos governamentais (não reembolsáveis)	10 (34,5%)	33 (25,8%)	42 (28,0%)	14 (66,7%)	<b>99 (30,2%)</b>
3. ONG (doação ou repasse não reembolsável)	9 (31,0%)	9 (7,0%)	76 (50,7%)	2 (9,5%)	<b>96 (29,3%)</b>
4. Órgãos governamentais (repasses reembolsáveis)	8 (27,6%)	69 (53,9%)	17 (11,3%)	0	<b>94 (28,7%)</b>
5. Recursos do próprio empreendimento	6 (20,7%)	69 (53,9%)	7 (4,7%)	1 (4,7%)	<b>83 (25,3%)</b>
6. Empresas (bancos) privados	6 (20,7%)	33 (25,8%)	2 (1,3%)	1 (4,7%)	<b>42 (12,8%)</b>
7. Outra	12 (41,4%)	11 (8,6%)	9 (6,0%)	2 (9,5%)	<b>34 (10,4%)</b>
<b>Total</b>	<b>28 (8,8%)</b>	<b>128 (39,0%)</b>	<b>150 (45,7%)</b>	<b>21 (6,4%)</b>	<b>328 (100%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Os EFS, de maneira geral, estabelecem limites sobre valores mínimos e máximos a serem disponibilizados para empréstimo a seus associados. Após a contratação do empréstimo, são definidos os prazos e suas condições de devolução, que pode ser realizada de forma parcial, integral com remuneração (juros e correções), integral sem remuneração, ou ainda, em alguns casos bem específicos, não haver a necessidade de devolução. A tabela 4 ilustra essas possibilidades para cada natureza organizacional entre os EFS pesquisados.

TABELA 4

**Acordos de devolução de recursos emprestados pelos EFS**

Acordos de devolução	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
1. Parcial	2 (6,9%)	42 (32,8%)	6 (4,0%)	1 (4,7%)	<b>51 (15,6%)</b>
2. Integral c/ remuneração (juros, correção)	21 (72,4%)	113 (88,3%)	99 (66,0%)	4 (19,0%)	<b>237 (72,3%)</b>
3. Integral sem remuneração	7 (24,1%)	3 (2,3%)	62 (41,3%)	1 (4,7%)	<b>73 (22,3%)</b>
4. Não há devolução	2 (6,9%)	2 (1,6%)	6 (4,0%)	15 (71,4%)	<b>25 (7,6%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Já quanto à forma de devolução desses empréstimos, a principal delas é por meio de moeda corrente. Porém, como se pode ver pela tabela 5, outras formas de devolução também são utilizadas entre os EFS, o que os difere de agências tradicionais de crédito. As duas formas alternativas principais são via moeda social e equivalência produto. A primeira é mais comum entre os bancos comunitários, sendo inclusive uma das marcas registradas e definidoras da identidade de cada agência. Atualmente já existem, inclusive, experiências de “moeda social virtual”, como no caso do *e-dinheiro*, moeda virtual criada pelo Banco Palmas e adotadas por várias outras agências que integram a Rede Nacional de Bancos Comunitários. A segunda é mais comum nos fundos rotativos, como, por exemplo, a utilização de animais (cabras, vacas, aves), que são cedidos às famílias, em geral ainda filhotes, para serem tratados e, após sua reprodução, haver a devolução em espécie para que o fundo possa repassar para outras famílias.

TABELA 5

**Formas de devolução de recursos emprestados pelos EFS**

Formas de devolução	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
Moeda corrente	24 (85,7%)	127 (99,2%)	84 (56,0%)	5 (23,8%)	<b>240 (73,2%)</b>
Moeda Social	13 (46,4%)	2 (1,6%)	3 (2,0%)	0	<b>18 (5,5%)</b>
Equivalência produto (bens, serviços)	3 (10,7%)	5 (3,9%)	79 (52,7%)	1 (4,7%)	<b>88 (26,8%)</b>
Outras	0	0	3 (2,0%)	0	<b>3 (0,9%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

No tocante à inadimplência, os dados do Sies apontam que ela varia da seguinte forma entre os tipos de EFS: *i*) 7,2% entre os bancos comunitários; *ii*) 7,9% entre as cooperativas de crédito; e *iii*) 12,2% entre os fundos rotativos. Para minimizar riscos sem comprometer o acesso do seu público-alvo, outra inovação muito usada no dia a dia das operações nos EFS é o aval solidário como mecanismo de garantia para empréstimos. Esse é um mecanismo frequentemente utilizado nas três modalidades principais de empreendimentos, como mostra a tabela 6. Em alguns casos, não há necessidade de garantia para efetuar a transação, algo que é mais comum de ocorrer nos fundos rotativos.

TABELA 6

**Modalidades de garantia utilizadas pelos EFS**

Modalidades	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
Aval solidário	20 (68,9%)	107 (83,6%)	31 (20,7%)	1 (4,7%)	<b>159 (48,5%)</b>
Comprovante de renda	8 (27,6%)	53 (41,4%)	1 (0,7%)	1 (4,7%)	<b>63 (19,2%)</b>
Garantias reais	4 (13,8%)	93 (72,7%)	1 (0,7%)	1 (4,7%)	<b>99 (30,2%)</b>
Outros	8 (27,6%)	11 (8,6%)	78 (52,0%)	2 (9,5%)	<b>99 (30,2%)</b>
Sem garantia	4 (13,8%)	1 (0,7%)	47 (31,3%)	17 (80,9%)	<b>69 (21,0%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Os empreendimentos relataram ter, de maneira geral, dificuldades em efetuar investimentos em sua estrutura operativa. Segundo os dados do Sies, perto de 60% deles não conseguiram realizar investimentos durante os doze últimos meses referentes ao dia em que responderam à pesquisa. Porém, há diferenças marcantes quando se verificam as informações existentes para cada tipo. A predominância do “não” é explicada pela baixa capacidade de investimento dos fundos rotativos, que são a maioria entre os empreendimentos de finanças, e entre eles, 91,3% afirmaram não haver realizado nenhum investimento no período de referência. Em geral, essas iniciativas são simples e sediadas em estruturas já existentes, como em sedes pastorais e sindicais. As cooperativas de crédito apresentam um perfil totalmente inverso, já que 80,5% afirmaram haver realizado investimentos. Como são organizações mais complexas institucionalmente, sujeitas à forte regulação estatal e à concorrência no mercado financeiro, sua existência exige investimentos constantes em máquinas e equipamentos na melhoria e modernização de seus processos e produtos ofertados. Os bancos comunitários possuem um perfil menos definido, com pouco mais da metade deles afirmando ter efetuado algum investimento no período. Eles constituem-se em estruturas de complexidade intermediária e bastante heterogênea dentro do próprio grupo. Alguns deles possuem sede própria e uma estrutura bem moderna de atendimento de seus associados e/ou público beneficiário, enquanto outros ainda dependem de estruturas cedidas por igrejas, sindicatos, ONGs ou mesmo prefeituras para conseguirem funcionar. Outro detalhe é que todos os EFS na categoria “outros” também não realizaram investimento no período. Os dados da tabela 7 ilustram melhor essas informações aqui debatidas.

TABELA 7

**Realização de investimentos nos EFS**

Tipo de EFS	Realizou investimentos nos últimos doze meses		
	Não	Sim	Total
Fundo rotativo/solidário	137 (91,3%)	13 (8,7%)	<b>150 (100%)</b>
Cooperativa de crédito	25 (19,5%)	103 (80,5%)	<b>128 (100%)</b>
Banco comunitário	13 (44,8%)	16 (55,2%)	<b>29 (100%)</b>
Outros	21 (100%)	0	<b>21 (100%)</b>
<b>Total</b>	<b>196 (59,8%)</b>	<b>132 (40,2%)</b>	<b>21 (100%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Para melhor investigar a capacidade dos empreendimentos de finanças de realizar investimento, buscou-se avaliar a relação entre eles e os canais de crédito existentes. Da mesma forma que foi destacado no parágrafo anterior, há uma grande diferença de situações de acordo com o tipo de EFS avaliados. Ao serem questionados se haviam buscado crédito para investimento nos últimos doze meses, 240 EFS (73,2%) responderam não haver buscado crédito no período de referência. Esse valor foi muito influenciado pelo grupo dos fundos rotativos, que responderam por 60% desse total. Entre os 88 EFS restantes que afirmaram ter procurado crédito nesse período, 54 (16,5%) obtiveram, com as cooperativas de crédito representando 85,2% desse total, em função de sua necessidade constante de novos investimentos. Por outro lado,

34 EFS (10,4%) buscaram, mas não conseguiram obter. Segue tabela 8 para melhor visualização desses dados.

TABELA 8

**Procura por crédito**

Condição	Fundo rotativo/ solidário	Cooperativa de crédito	Banco comunitário	Outros	Total
Não buscou crédito ou financiamento	144 (60,0%)	71 (29,6%)	21 (8,8%)	4 (1,7%)	<b>240 (73,2%)</b>
Buscou e obteve	4 (7,4%)	46 (85,2%)	4 (7,4%)	0	<b>54 (16,5%)</b>
Buscou, mas não obteve	2 (5,9%)	11 (32,4%)	4 (11,8%)	17 (50%)	<b>34 (10,4%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Por outro lado, 73 EFS (22,3%) afirmaram passar por dificuldades de obtenção de crédito/financiamento para investir em sua estrutura operativa. Seguindo a lógica organizacional já destacada anteriormente, quanto menor o grau de institucionalização do empreendimento – no caso dos grupos informais, das associações e de outras formas de organização grupal – maiores as dificuldades de se obter crédito. Já entre as cooperativas de crédito, as dificuldades de obtenção de crédito tendem a ser menores, dado seu maior grau de formalização e controle. No conjunto dos EFS, as principais dificuldades listadas para a obtenção de linhas de financiamento foram: *i)* burocracia exigida pelos agentes financeiros; *ii)* falta de linhas de crédito adequado às suas condições; *iii)* taxas de juros incompatíveis com sua capacidade; *iv)* falta de apoio para elaboração de projetos, entre outros.

TABELA 9

**Tipos de apoio e assessoria recebidos pelos EFS**

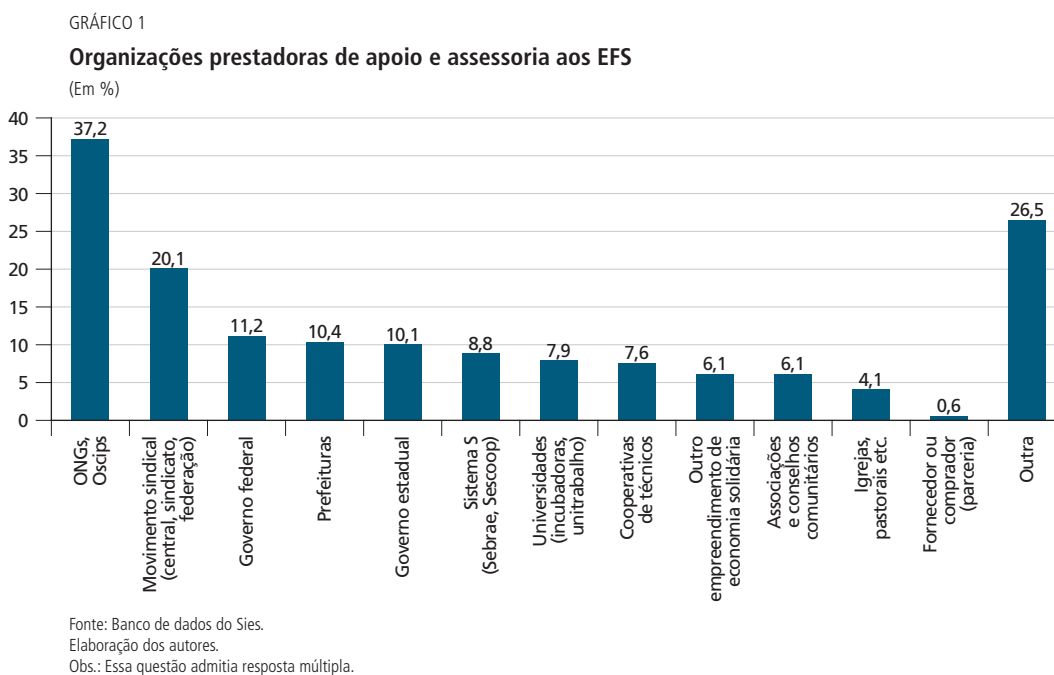
Tipos de apoio	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
1. Assistência técnica e/ou gerencial	17 (58,6%)	66 (51,6%)	104 (69,3%)	2 (9,5%)	<b>189 (57,6%)</b>
2. Formação sociopolítica	17 (58,6%)	79 (61,7%)	90 (60,0%)	1 (4,8%)	<b>187 (57,0%)</b>
3. Qualificação profissional, técnica, gerencial	17 (58,6%)	86 (67,2%)	51 (34,0%)	1 (4,8%)	<b>155 (47,3%)</b>
4. Diagnóstico/planejamento	6 (20,6%)	72 (56,3%)	21 (14,0%)	1 (4,8%)	<b>100 (30,5%)</b>
5. Elaboração de projetos	10 (34,5%)	47 (36,7%)	13 (8,7%)	1 (4,8%)	<b>71 (21,6%)</b>
6. Assistência jurídica	10 (34,5%)	50 (39,1%)	4 (2,7%)	2 (9,5%)	<b>66 (20,1%)</b>
7. Assessoria em marketing e comercialização	7 (24,1%)	41 (32,0%)	10 (6,7%)	1 (4,8%)	<b>59 (18,0%)</b>
8. Assessoria na constituição/formalização	5 (17,2%)	31 (24,2%)	4 (2,7%)	1 (4,8%)	<b>41 (12,5%)</b>
9. Incubação	4 (13,8%)	3 (2,3%)	1 (0,6%)	0	<b>8 (2,4%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Outro aspecto relevante na análise da realidade desses empreendimentos refere-se ao acesso a diferentes serviços de apoio, seja na forma de assessoria, assistência, seja na forma de capacitação. Nesse quesito, a maioria respondeu positivamente ao questionamento sobre se tiveram algum tipo de assessoria durante os doze meses anteriores à pesquisa: 272 (82,9%) responderam que sim e 56 (17,1%), não. Basicamente todos os tipos de



EFS apresentaram alta proporção (acima de 80%) entre os que responderam haver tido algum tipo de apoio, com destaque para as cooperativas de crédito, em que 92,2% delas responderam positivamente. Entre os principais tipos de apoio recebido por esses EFS estão: *i*) assistência técnica e/ou gerencial; *ii*) formação sociopolítica; *iii*) qualificação profissional; *iv*) entre outras listadas na tabela 9. No caso do tipo de entidade fornecedora desses serviços de apoio estão as ONGs ou OSCIPs, as entidades ligadas ao movimento de trabalhadores, como sindicatos e centrais e as entidades ligadas ao poder público, a exemplo da Emater, como mostra o gráfico 1. Importante frisar ainda que a ampla maioria dos EFS (70,7%) afirmou promover ao longo do ano eventos de formação e qualificação técnica e sociopolítica junto a seus associados, muitos deles em parcerias com as entidades de apoio.



Outro aspecto relevante na análise da realidade desses empreendimentos refere-se ao seu modelo de gestão. As iniciativas de economia solidária são caracterizadas pelo caráter coletivo na gestão do trabalho e dos meios de produção referentes à atividade executada. Por isso, são conhecidos como empreendimentos autogestionários, pelo fato de não existir a relação de hierarquia derivada da posse ou da participação acionária no negócio. Mesmo os cargos de direção são definidos por eleição, nos quais todos os associados têm igual direito de voto, independentemente de sua posição no empreendimento. O banco de dados do Sies permite analisar questões diretamente relacionadas à gestão coletiva dos empreendimentos mapeados, bem como no envolvimento deles com outras organizações representativas, redes e articulações diversas.

No que tange à gestão interna, um ponto importante, sempre ressaltado na literatura como um indicador do grau de autogestão das iniciativas de economia solidária, refere-se à participação do conjunto de associados de um empreendimento nos processos

de tomada de decisão. No caso específico dos EFS aqui analisados, foi questionado a eles quais as instâncias de direção e coordenação coletiva no exercício de suas atividades. A instância mais citada foi a assembleia geral, destacada por cerca de 95% dos entrevistados. A realização de assembleias gerais ou outras formas de reunião coletiva surge, portanto, como um instrumento fundamental para viabilizar essa participação social, além de ser uma oportunidade de publicização e debate sobre informações organizacionais e administrativas do empreendimento. Outras instâncias como conselho diretor, conselho fiscal e grupos de trabalho também foram indicados pelos EFS como instrumentos utilizados para a gestão coletiva da atividade cotidiana. Foi questionado também sobre quais os principais temas e questões são abertas à deliberação coletiva nas assembleias pelos associados. Prestação de contas, escolha da direção do empreendimento e admissão e exclusão de sócios estão entre as mais citadas.

Em termos da periodicidade na realização das assembleias nesses empreendimentos, nota-se que mais da metade deles (51,5%) realiza ao menos uma reunião ordinária dessa natureza mensalmente, enquanto para 13,7% essa reunião ocorre com frequência semestral e para 34,5%, ela é anual. Apenas um empreendimento – no caso, um banco comunitário – afirmou não haver deliberação interna sobre periodicidade na realização de assembleias ou reuniões coletivas gerais. Ao verificar as particularidades por tipo de EES, nota-se novamente o antagonismo entre a dinâmica administrativa dos fundos rotativos (menos institucionalizados) e das cooperativas de crédito, em função da complexidade organizacional de cada um deles. No primeiro caso, predominam reuniões com periodicidade mais curta (85,3% deles afirmaram realizar assembleias ao menos mensalmente); e, no segundo, periodicidade mais ampla (81,2% deles afirmaram realizar assembleia com periodicidade anual).<sup>3</sup> Os bancos comunitários também apresentam periodicidade mais curta em suas assembleias. As particularidades de cada um podem ser apreciadas na tabela 10.

TABELA 10

**Periodicidade da realização de assembleias gerais nos EFS**

Tipo de EFS	Periodicidade				Total
	Mensal (mínimo)	Semestral	Anual	Não realiza	
Fundo rotativo	128 (85,3%)	15 (10,0%)	7 (4,7%)	0	<b>150 (100%)</b>
Cooperativa de crédito	17 (13,3%)	7(5,5%)	104 (81,2%)	0	<b>128 (100%)</b>
Banco comunitário	18 (62,1%)	9 (31,0%)	1 (3,4%)	1 (3,4%)	<b>29 (100%)</b>
Outros	6 (28,6%)	14 (66,7%)	1 (4,8%)	0	<b>21 (100%)</b>
<b>Total</b>	<b>169 (51,5%)</b>	<b>45 (13,7%)</b>	<b>113 (34,5%)</b>	<b>1 (0,3%)</b>	<b>328 (100%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Quanto à participação em fóruns ou redes envolvendo diferentes empreendimentos e organizações de apoio, diagnosticou-se a partir dos dados que a grande maioria participou

3. Destaca-se, sobre esse ponto, que as cooperativas de crédito são obrigadas por lei a realizarem uma assembleia geral ordinária anual (Pereira e Silva, 2012).

ou participa de alguma articulação para a ação coletiva: 73,5% afirmaram que sim, e 26,5%, que não.<sup>4</sup> De maneira geral, todos os tipos organizacionais definidos apresentam alta proporção de participação, sendo os bancos comunitários com o maior percentual (82,8%) e os fundos rotativos o menor (69,3%), como se pode verificar na tabela 11.

TABELA 11

**Participação em fóruns ou redes de articulação coletiva**

Tipo de EFS	Participação		Total
	Não	Sim	
Fundo rotativo	46 (30,7%)	104 (69,3%)	<b>150 (100%)</b>
Cooperativa de crédito	26 (20,3%)	102 (79,7%)	<b>128 (100%)</b>
Banco comunitário	5 (17,2%)	24 (82,8%)	<b>29 (100%)</b>
Outros	10 (47,6%)	11 (52,4%)	<b>21 (100%)</b>
<b>Total</b>	<b>87 (26,5%)</b>	<b>241 (73,5%)</b>	<b>328 (100%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Passa-se agora a verificar informações sobre os resultados da atividade econômica no último período apurado pelo empreendimento. Nesse caso, considera-se somente o resultado apurado da diferença entre custos e receitas dos serviços e produtos financeiros desenvolvidos, não entrando no cômputo as doações de recursos por ventura recebidos pelos EFS em questão. Para essa análise, primeiramente é importante ressaltar que 147 EFS (44,8%) disseram que essa questão não se aplica a sua atividade, sendo a grande maioria composta por fundos rotativos. No restante, 126 EFS (38,4%) afirmaram que seu resultado foi positivo, ou seja, deu para pagar as despesas e ter um excedente operacional. Já 37 deles (11,3%) afirmaram que o resultado possibilitou cobrir as despesas, mas não foi suficiente para obter excedente, e dezoito (5,5%) afirmaram que o último resultado operacional apurado não foi suficiente para cobrir as despesas. Um detalhe digno de nota é que, entre os tipos de EES, as cooperativas de crédito são aquelas em que o resultado operacional é mais necessário, pois estão sujeitas ao controle contábil mais rigoroso. Por isso, elas constituem a maioria dos EES que obtiveram resultado operacional positivo, conforme mostram os dados plotados na tabela a 12.

Os empreendimentos no campo da economia solidária, dada sua heterogeneidade já citada em termos de inserção no mundo do trabalho e nas distintas dinâmicas territoriais nas quais estão inseridos, são caracterizados pelas mais diversas motivações tanto para sua criação como para sua manutenção. No caso específico dos EFS analisados, ao serem questionados sobre tais motivações, três respostas foram mais comuns: desenvolvimento comunitário de capacidades/potencialidades (47,9%); condição para acesso a financiamento/apoios (27,4%); e obtenção de maiores ganhos em empreendimento associativo (25,3%).<sup>5</sup>

4. Os dados do Sies mostram ainda que os EES de finanças apresentam alto percentual de participação também em movimentos sociais e em ações sociais ou comunitárias.

5. A questão que gerou essas respostas também admitia respostas múltiplas.

TABELA 12

**Resultados da atividade econômica no último período apurado**

Condição	Fundo rotativo	Cooperativa de crédito	Banco comunitário	Outros	Total
Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	13 (10,3%)	100 (79,4%)	10 (7,9%)	3 (2,4%)	<b>126 (38,4%)</b>
Pagar as despesas e não ter sobra/excedente	5 (13,5%)	13 (35,1%)	5 (13,5%)	14 (37,8%)	<b>37 (11,3%)</b>
Não deu para pagar as despesas	0	12 (66,7%)	4 (22,2%)	2 (11,1%)	<b>18 (5,5%)</b>
Não se aplica	132 (89,8%)	3 (2,0%)	10 (6,8%)	2 (1,4%)	<b>147 (44,8%)</b>

Fonte: Banco de dados do Sies.  
Elaboração dos autores.

Por fim, os representantes do EFS foram abordados sobre os principais fatores que eles percebem como sendo conquistas alcançadas com a organização coletiva de seus empreendimentos. As respostas mais apontadas por eles foram: *i*) integração coletiva do grupo (78,9%); *ii*) exercício da democracia autogestionária (72,2%); *iii*) comprometimento social dos sócios (64,6%); *iv*) conquista para a comunidade local (53,3%), entre outras. Como um empreendimento de finanças solidárias atua fundamentalmente no sentido de viabilizar recursos necessários para que outras atividades econômicas, geradoras de renda, possam se viabilizar, é natural que as conquistas mais salientadas sejam percepções subjetivas quanto ao fator organizacional e coletivo que eles fomentam, além de uma maior interação com as necessidades de desenvolvimento das comunidades em que estão envolvidos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeras as publicações recentes que debatem a temática da economia solidária no Brasil, enfatizando suas mais diversas dimensões analíticas, tais como as características estruturais de suas iniciativas, as formações de redes e articulações, as formas de inserção em diferentes setores da economia, as condições sociais dos trabalhadores envolvidos, a relação com o desenvolvimento territorial, políticas públicas direcionadas aos atores envolvidos, entre outras. Em geral, são apontadas variáveis determinantes de sucesso ou fracasso dessas experiências, bem como possíveis cenários para a organização coletiva no mundo do trabalho. A pesquisa recente do Sies abriu um novo leque de possibilidades analíticas sob as realidades que circundam a economia solidária no Brasil, ao levantar uma ampla gama de informações sobre formas distintas de organização social de trabalhadores e lideranças populares na criação e manutenção de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda.

Neste texto buscou-se discutir as características gerais de um ramo específico da economia solidária, em que trabalhadores e entidades de apoio atuam no sentido de viabilizar experiências de finanças solidárias, a partir de diferentes formatos organizacionais. A quantidade de empreendimentos analisados pode ser considerada uma amostra relevante, ainda que não probabilística para os propósitos aqui levantados, dada a diversidade organizacional e regional que ela representa.

Os números tabulados e analisados mostram que os EFS encontram-se em diferentes estágios de institucionalização, e esse grau de institucionalização é uma variável importante que explica várias características estruturais que eles carregam, tais como concentração regional,

área de atuação, formato organizacional, acesso a recursos, arranjos institucionais envolvidos, práticas operacionais, grau de autogestão, entre outras.

Os fundos solidários são experiências mais frágeis institucionalmente, por outro lado, envolvem processos mais simples de constituição e gestão e estão voltados a necessidades mais imediatas, de públicos específicos. Por isso, possuem um caráter pedagógico essencial para a prática da solidariedade e da autogestão, bem como do sentido de comunidade entre o público envolvido. As cooperativas de crédito aparecem no lado oposto, dado maior grau de institucionalização em que são submetidas por lei, já que são constantemente controladas pelo sistema financeiro nacional, como qualquer outro agente financeiro. Essa normatividade exige uma capacidade instalada e conhecimento técnico bastante especializado para a viabilização desse tipo de instituição, o que limita seu potencial de expansão junto a comunidades periféricas. No entanto, o Brasil já possui sistemas bem consolidados que já atuam no sentido de prestar apoio e assessoramento para a difusão do cooperativismo de crédito solidário para outros estados que ainda não contam essas experiências. Por fim, os bancos comunitários surgem como inovações importantes, por proporcionarem oportunidades de organização social em torno do tema das finanças em comunidades periféricas urbanas. Desde a fundação do Banco Palmas, dezenas de outros grupos já se organizaram sobre a identidade de banco comunitário em todo o país, o que permitiu a formação de articulações nacionais de cooperação em torno do tema, tais como a Rede Nacional de Bancos Comunitários, formada em 2006 e que conta atualmente com mais de cem bancos comunitários associados, além de uma ampla rede de parcerias, e o Banco Nacional das Comunidades, fundado em 2015 durante o quarto Encontro Nacional da Rede.

Portanto, entre os EFS, assim como em todos os ramos de manifestação da economia solidária, possuem distintos exemplos de ações exitosas, assim como fatores estruturais de precariedade. O importante é criar ambientes de cooperação em escalas ampliadas para que o potencial existente nessas experiências sociais possa de fato ser melhor explorado, com a expansão de oportunidades para um número maior de comunidades e de famílias. Ao mesmo tempo, o trabalho de pesquisadores e organizações de apoio pode auxiliar na detecção de padrões de dificuldades e fatores limitantes à atuação e à viabilidade de determinadas formas organizacionais, no intuito de propor soluções viáveis para serem enfrentadas. Tais soluções, na forma de tecnologia social, precisam ser flexíveis para que se garanta sua replicabilidade em diferentes contextos econômicos, de forma a valorizar o trabalho coletivo como possibilidade real de organização para a classe trabalhadora no Brasil.

### REFERÊNCIAS

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A Nova Lei de Cooperativas de Trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 52, p. 65-74, 2012.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 57, p. 69-82, 2014.

